



Concurso Público  
Nível Superior

# Cargo 1: PERITO CRIMINAL

Aplicação: 27/1/2008

## Caderno C

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno — Caderno C — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e (ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

**AGENDA (datas prováveis)**

- I 29/1/2008, após as 19h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/secadtons2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/secadtons2007).
- II 30 e 31/1/2008 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 21/2/2008 – Resultado final das provas objetivas: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet.
- IV 12/3/2008 – Convocação para a prova de capacidade física, para os exames médicos e para a avaliação psicológica: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet.

**OBSERVAÇÕES**

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 3/2007, de 11/10/2007.
- Informações adicionais: telefone 0(XX)61 3448-0100; Internet — [www.cespe.unb.br/concursos/secadtons2007](http://www.cespe.unb.br/concursos/secadtons2007).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Conhecimentos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Inteligência artificial

1 Não foi difícil descobrir o assassino. Afinal, o major  
Rich tinha um ótimo motivo para matar Arnold Clayton:  
amava a esposa da vítima e era correspondido. Segundo a  
4 polícia, o major usou uma arma para livrar-se de Clayton e  
escondeu o corpo em um baú.

A solução, no entanto, parecia simples demais para  
7 o grande detetive Hercule Poirot, do clássico conto policial  
**O Mistério do Baú Espanhol**, da escritora britânica Agatha  
Christie. Persistente, ele sai em busca de pistas, descobre  
10 fatos novos, tira conclusões espantosas e, por fim, apresenta  
ao leitor outro criminoso.

Será que um computador também seria capaz de  
13 encontrar o verdadeiro assassino? Durante um curso da  
Universidade de Essen, os alunos testaram diversos  
programas concebidos em estudos sobre inteligência  
16 artificial (IA). Para isso, utilizaram o caso apresentado em  
**O Mistério do Baú Espanhol**, servindo-se da IA para  
desvendar as estratégias intelectuais do detetive Poirot.  
19 A grande questão era se a IA era capaz desse exercício  
intelectual ou se apenas fazia uma boa imitação da  
inteligência humana. Interessava saber se apresentaria  
22 características que poderiam ser associadas a um  
comportamento inteligente. O objetivo era verificar se o  
*software* conseguiria descobrir o assassino tão rapidamente  
25 quanto Poirot.

Mas será que esses programas-detetive se tornarão,  
em algum momento, tão inteligentes quanto seus modelos  
28 humanos? Se pensarmos apenas na capacidade de processar  
o maior número possível de fatos no menor tempo, então os  
programas de IA são realmente eficazes. E com uma  
31 vantagem: são dotados, como qualquer *software*, da  
capacidade de lidar com quantidades muito maiores de dados  
do que as pessoas.

No entanto, os cérebros artificiais são inferiores aos  
humanos por pelo menos dois motivos. Por um lado,  
precisam de todas as informações para chegar à conclusão  
37 correta. Por outro lado, a lógica dos programas de IA imita  
a racionalidade humana, afinal, não conhecemos nenhuma  
outra. Na verdade, os programas de IA trabalham como  
40 analistas de dados. Em princípio, não são muito diferentes do  
nosso cérebro. Portanto, ainda não podemos esperar que  
*superpoirots* eletrônicos acabem com o mundo do crime.

Mente&Cérebro, fev./2007 (com adaptações).

Com base no texto **Inteligência artificial**, julgue os itens a seguir.

- 1 Às palavras “ótimo”, “vítima” e “britânica” aplica-se a mesma regra de acentuação gráfica.
- 2 O texto apresenta uma apologia do emprego de *software* desenvolvido em estudos de inteligência artificial na resolução de crimes.
- 3 De acordo com o texto, os seres humanos necessitam de menos informações que um *software* para solucionar problemas e, por isso, chegam a resultados menos precisos.
- 4 Na linha 4, haveria prejuízo para a coesão e a coerência textual se a expressão “de Clayton” fosse substituída por **do marido**.
- 5 Após a expressão “da escritora britânica” (ℓ.8), poderia ser empregada uma vírgula, conforme faculta a norma gramatical.
- 6 No segmento “se a IA era capaz desse exercício intelectual ou se apenas fazia uma imitação da inteligência humana” (ℓ.19-21), as formas verbais poderiam ser corretamente substituídas por **seria** e **faria**, respectivamente.
- 7 O período que se inicia na linha 21 estaria gramaticalmente correto se fosse reescrito da seguinte forma: Interessavam as características que pudessem estar relacionadas a um comportamento inteligente.

Considere que, no estado do Tocantins, um delegado de polícia tenha encaminhado ao secretário de segurança um expediente do qual se tenha extraído o seguinte trecho.

Conforme solicitado por Vossa Excelência, comunico que está sendo averiguado a hipótese de envolvimento no assassinato de pessoas com quem a vítima mantinha transações comerciais. Ressalto que foi de grande valia vossa participação no caso em questão.

Em face dessas considerações, julgue o item abaixo.

- 8 O trecho em questão atende às orientações de redação oficial e às normas gramaticais.

1 Na sociedade moderna, ao inverso das anteriores,  
não há fronteiras, não há exterioridade. Todos os conflitos  
são resolvidos ou são passíveis de soluções internas. Com  
4 o surgimento do espaço da igualdade e do Estado-nação,  
foram implementados mecanismos internos de resolução de  
conflitos. O sistema capitalista, na medida em que se  
7 implantou, por sua vocação natural à mundialização, dirimiu  
a noção de exterioridade. Quando os escravos rebelavam-se  
no Brasil colônia, só havia uma possibilidade de vitória: a  
10 criação de quilombos, as organizações exteriores à sociedade  
colonial-escravagista.

Cria-se, dessa forma, um paradoxo na sociedade  
13 moderna, pois o excluído sempre *está dentro*, na medida em  
que não existe mais o *estar fora*. Sempre está envolvido no  
processo de produção-consumo. Sempre ocupa um desses  
16 lugares, senão os dois. Os catadores de papel ou lixo em  
geral, por exemplo, estão inseridos no processo produtivo,  
ocupando a base de uma hierarquia de negócios, cujo ápice  
19 é ocupado por indivíduos ricos que se apropriam dos valores  
produzidos na base. O mesmo ocorre com os trabalhadores  
informais pobres da esfera de comércio, que, com seu  
22 trabalho, reduzem os custos da distribuição, evitando o  
pagamento de impostos e benefícios salariais.

Morador de rua ou catador de papel, mendigo ou  
25 biscateiro, todos estão inseridos no processo de produção e  
consumo. Excluídos, mas não exteriores à sociedade.  
Excluídos porque não têm acesso aos bens materiais e  
28 simbólicos modernos ou não têm condições de participar da  
gestão pública, pelo simples fato de se encontrarem no  
patamar mínimo da sobrevivência.

31 O espaço da desigualdade, em sua nova dimensão,  
impede que se consolide o espaço da igualdade, deixando  
à margem dos direitos justamente aqueles que não têm  
34 recursos para acionar os mecanismos de defesa.

Elimar Pinheiro do Nascimento. In: *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*.  
Marcel Bursztyn (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 122-3 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subseqüentes.

9 O autor apresenta uma visão otimista, visto que, segundo ele,  
os conflitos sociais são satisfatoriamente resolvidos dentro  
da sociedade, o que exige mudança no conceito de exclusão.

10 De acordo com o texto, os trabalhadores informais  
beneficiam-se por não pagarem impostos, o que estimula,  
cada vez mais, esse tipo de relação de trabalho.

11 Sem prejuízo para a coerência textual, a locução “na medida  
em que” (l.13-14) poderia ser substituída por **visto que**.

12 Na linha 2, a forma verbal “há”, nas duas ocorrências,  
poderia ser corretamente substituída pela forma **existe**.

13 A locução verbal “foram implementados” (l.5) corresponde  
à forma **implementaram-se**.

14 A expressão “por sua vocação natural à mundialização”  
(l.7), que exprime causa, poderia corretamente ser  
substituída por **devido sua aptidão à globalização**.

15 No texto, o segmento “dirimiu a noção de exterioridade”  
(l.7-8) tem o mesmo sentido de **suprimiu a noção de  
estar fora**.

Julgue os itens seguintes, relativos a informática.

16 A assinatura digital consiste na criação de um código de  
modo que a pessoa ou entidade que receber uma mensagem  
contendo este código possa verificar se o remetente é mesmo  
quem diz ser e identificar qualquer mensagem que possa ter  
sido modificada.

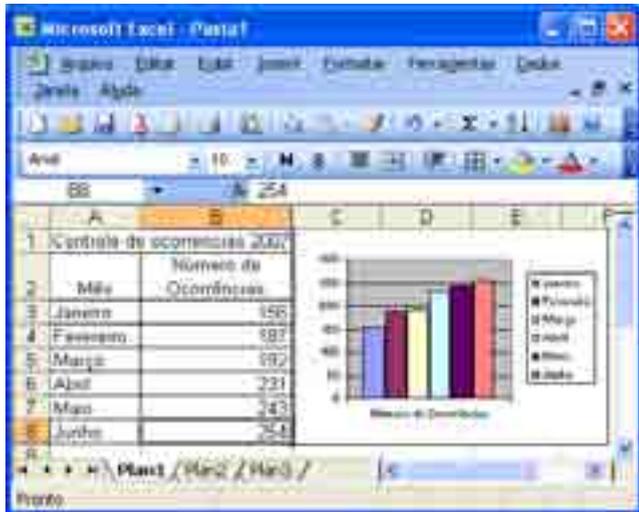
17 O disco rígido ou HD (*hard disk*) é o dispositivo de  
armazenamento de dados mais usado nos computadores.  
Nele, é possível guardar não só os arquivos como também  
todos os dados do sistema operacional, imprescindíveis para  
a utilização do computador.

18 O *firewall* é o dispositivo que permite a conexão com a  
Internet, uma vez que é responsável pela conversão do sinal  
analógico em sinal digital.

19 O mp3 é o dispositivo substituto do disquete, pois consiste  
em uma pequena memória portátil que funciona em  
equipamentos com uma porta USB.

20 Trojan é um programa que age utilizando o princípio do  
cavalo de tróia. Após ser instalado no computador, ele libera  
uma porta de comunicação para um possível invasor.





Considerando a figura acima, julgue os itens subsequentes, acerca do Excel 2003.

- 29** Considerando que o número de ocorrências no mês de julho foi o dobro em relação ao mês de janeiro, a expressão que deve ser escrita na barra de fórmulas para calcular o número de ocorrências de julho é  $B9=2*B3$ .
- 30** É possível obter o gráfico de número de ocorrências que aparece na figura acima por meio da seleção das células (A2:A8) e das células (B2:B8).

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu liberar as obras de transposição do rio São Francisco. O projeto não deve ser paralisado, como apelou o bispo dom Luiz Flávio Cappio, há dias em greve de fome, com o apoio de organizações da sociedade civil — Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O governo federal avisou que não pretende paralisar as obras e anunciou a primeira licitação.

*Correio Brasileiro*, 20/12/2007, p.12 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema que ele aborda, a questão ambiental e as desigualdades regionais existentes no Brasil, julgue os itens de **31** a **40**.

- 31** A greve de fome do religioso citado no texto é a segunda que ele faz com idêntico objetivo: pressionar o governo federal a suspender, pelo menos temporariamente, as obras de transposição das águas daquele que já foi denominado, no passado, rio da integração nacional.
- 32** O projeto de transposição das águas do rio São Francisco não é recente e sua discussão começou a ganhar intensidade já na primeira metade da década passada; desde então, ele jamais deixou de suscitar polêmicas, inclusive de ordem técnica.

- 33** Entre os opositores do projeto, prevalece a tese de que a transposição, ao contrário do que alegam seus defensores, não beneficiará a população mais pobre da região nordestina, mas atenderá, sobretudo, aos interesses de grupos empresariais e de particulares ricos.
- 34** Se, ao longo da história, o rio São Francisco integrou parte do Sudeste a parte do Nordeste, na atual paisagem brasileira o jovem estado do Tocantins caracteriza-se geograficamente como zona de transição e unidade federada que conecta as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.
- 35** Se, para o governo federal, o que conta é tão-somente a transposição, para quem se opõe ao projeto a questão prioritária é não mais que assegurar o fluxo natural do rio São Francisco, mantendo-o nas condições em que se apresenta hoje.
- 36** O governo se mantém firme na decisão de dar prosseguimento ao projeto porque dispõe da inegável simpatia dos chamados movimentos sociais e, sobretudo, sabe que conta com apoio incondicional do conjunto das bancadas com assento no Congresso Nacional.
- 37** A principal justificativa do governo federal para levar adiante o projeto de transposição é a imperiosa necessidade de minorar os dramáticos efeitos da seca em regiões nas quais as chuvas são escassas e a seca prolongada, como ocorre, principalmente, no Maranhão e no norte do Tocantins.
- 38** A questão da desigualdade regional está historicamente presente no debate brasileiro; não por outra razão, ela está na raiz de movimentos que levantavam a bandeira da redivisão político-administrativa do território, de que seria exemplo notório a própria criação do estado do Tocantins.
- 39** Mencionado no texto, o MST ampliou sua atuação pública e, ao apoiar o bispo em greve de fome e externar claramente seu repúdio ao projeto de transposição patrocinado pelo governo federal, resolveu, pela primeira vez em sua história, agir em uma área que não é propriamente a da reforma agrária.
- 40** A concessão de licenças ambientais para que determinadas e quase sempre grandiosas obras possam ser executadas tem gerado constrangimentos entre setores da própria administração pública, como ocorreu no caso da transposição do São Francisco e, mais recentemente, no da construção de usinas hidrelétricas no rio Madeira.

Uma proposição é uma frase afirmativa que pode ser julgada como verdadeira ou falsa, mas não ambos. Uma dedução lógica é uma seqüência de proposições, e é considerada correta quando, partindo-se de proposições verdadeiras, denominadas premissas, obtêm-se proposições sempre verdadeiras, sendo a última delas denominada conclusão. Considerando essas informações, julgue os itens a seguir, a respeito de proposições.

41 Considere a seguinte seqüência de proposições:

- (1) Se o crime foi perfeito, então o criminoso não foi preso.
- (2) O criminoso não foi preso.
- (3) Portanto, o crime foi perfeito.

Se (1) e (2) são premissas verdadeiras, então a proposição (3), a conclusão, é verdadeira, e a seqüência é uma dedução lógica correta.

42 Considere verdadeiras as duas premissas abaixo:

**O raciocínio de Pedro está correto, ou o julgamento de Paulo foi injusto.**

**O raciocínio de Pedro não está correto.**

Portanto, se a conclusão for a proposição, **O julgamento de Paulo foi injusto**, tem-se uma dedução lógica correta.

Julgue os itens seguintes, que dizem respeito à determinação do número de possibilidades lógicas ou probabilidade de algum evento.

43 Considere que 9 rapazes e 6 moças, sendo 3 delas adolescentes, se envolvam em um tumulto e sejam detidos para interrogatório. Se a primeira pessoa chamada para ser interrogada for escolhida aleatoriamente, então a probabilidades de essa pessoa ser uma moça adolescente é igual a 0,2.

44 Suponha uma distribuição de prêmios em que são sorteados três números de dois algarismos. Para formar cada número, primeiro sorteia-se o algarismo das dezenas, que varia de 0 a 5. O algarismo das unidades é sorteado em seguida e varia de 0 a 9. Se, para formar cada número, o algarismo das dezenas e o algarismo das unidades já sorteadas não puderem ser repetidos, então a quantidade de números que podem ocorrer é inferior a  $10^4$ .

No retângulo abaixo, as células vazias só podem ser preenchidas com vogais e de modo que cada vogal apareça apenas uma vez em cada linha e em cada coluna.

A				
	E			
		I		
			O	
				U

De acordo com essas instruções e considerando as células de uma diagonal já preenchidas, julgue o item a seguir.

45 Se for colocada a vogal I em todas as células da outra diagonal desse retângulo, então não será possível preenchê-lo na forma especificada.

Com relação ao Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins — Lei Estadual n.º 1.654/2006 —, julgue os seguintes itens.

46 O perito criminal responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, por culpa ou dolo. A obrigação de reparar o dano estende-se aos seus sucessores e contra eles é executada, até o limite do valor da herança recebida.

47 Para os efeitos da referida lei, o ocupante do cargo de provimento efetivo de perito criminal é considerado policial civil.

48 Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança. Estará sujeito à pena de exoneração, ou insubsistência do ato de nomeação, o candidato aprovado neste concurso público que, sem qualquer motivo justificado, não iniciar o exercício no cargo de delegado de polícia civil no prazo máximo de 30 dias, contados da data da posse.

49 O perito criminal, estável, tem direito a licença, assegurada a remuneração do cargo efetivo, durante o período entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo, até 10 dias após a eleição. Esse período poderá ser superior a 3 meses, mas deverá ser inferior a 6 meses.

50 Considere a seguinte situação hipotética.

Lucas, que é perito criminal e reside em Palmas, onde exerce o referido cargo, pretende mudar-se para Porto Nacional e continuar a exercer seu cargo em Palmas.

Nessa situação, independentemente de autorização superior, Lucas poderá concretizar sua pretensão.

RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

José foi preso em flagrante pela polícia militar do Tocantins nas proximidades do Tribunal de Justiça, após ter atropelado um soldado que ali controlava o trânsito. O soldado faleceu no local em razão do acidente. Na delegacia de polícia, houve a comunicação à autoridade judiciária local, e o delegado, por desconfiar de que José estivesse embriagado, encaminhou-o ao instituto médico legal. Quando o perito se preparava para realizar o exame toxicológico, o advogado contratado pela família de José adentrou abruptamente a sala de exames e disse que não se poderia dar continuidade ao procedimento porque isso implicaria uma produção de prova contra seu cliente. Em face dessa intervenção, José recusou submeter-se ao exame.

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 51** O sistema constitucional brasileiro consagra a cláusula do devido processo legal, da qual decorre o direito de não-produção de provas contra si próprio.
- 52** A recusa de José em realizar o exame pericial poderá ser afastada se, em correta decisão de um dos juízes criminais de Palmas, for ordenada a realização da perícia.
- 53** A recusa em realizar a perícia para verificação do nível de álcool no organismo gera a presunção de que José estava realmente embriagado.
- 54** Caso a perícia fosse realizada sem a concordância de José, ela poderia ser convalidada durante o processo criminal.
- 55** É direito de José estar assistido por um advogado, e a autoridade não pode impedir o contato desse profissional com o cliente.

Em relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens subseqüentes.

- 56** Caso ocorra roubo em agência da Caixa Econômica Federal na cidade de Palmas, competirá à polícia civil do Tocantins investigá-lo.
- 57** A polícia civil do Tocantins é a polícia judiciária estadual.
- 58** Os corpos de bombeiros militares executam as atividades de defesa civil.
- 59** O governador do Tocantins pode nomear para o cargo de diretor da polícia civil estadual um juiz de direito aposentado que esteja atuando como experiente advogado criminal em Palmas.
- 60** A Constituição Federal determina que os delegados de polícia sejam remunerados por meio de subsídio.

Em relação ao controle e à responsabilização da administração, julgue os itens seguintes.

- 61** A empresa de transporte coletivo responde objetivamente pelo óbito de passageiro em decorrência de acidente automobilístico durante a utilização desse serviço público.
- 62** O homicídio de preso cometido por outro detento no interior de delegacia localizada no município de Cristalândia – TO implicará responsabilização civil do estado do Tocantins sob a forma subjetiva, pela omissão do poder público.
- 63** O Tribunal de Contas do Tocantins realiza o controle orçamentário nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do estado.
- 64** A omissão de deputados estaduais em votar projeto de lei enviado pelo governador e que verse sobre o atendimento social a pessoas portadoras do vírus da AIDS implicará, no caso de morte pela falta do auxílio, responsabilização civil do estado do Tocantins.
- 65** A prática de ato lícito por agente público do estado do Tocantins não implicará a responsabilização civil estatal.

Em relação à administração direta e indireta, julgue os itens subseqüentes.

- 66** As sociedades de economia mista que desempenham atividade econômica não contratam seus empregados por concurso público para que possam atuar com maior competitividade no mercado.
- 67** A polícia civil do Tocantins integra a administração direta do estado.
- 68** As sociedades de economia mista não se submetem ao procedimento licitatório porque têm o mesmo tratamento concedido às empresas privadas.
- 69** Somente lei específica poderá autorizar a instituição de empresa pública e sociedades de economia mista.
- 70** A criação de empresa subsidiária de uma sociedade de economia mista depende de autorização legislativa.

Acerca do processo penal, julgue os itens a seguir.

- 71** Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- 72** O inquérito policial realizado por delegacia incompetente em razão de sua circunscrição territorial é nulo de pleno direito.

**73** Considere que, visando apurar a possível existência de crime e sua autoria sobre determinado fato veiculado na imprensa local, a autoridade policial de determinada delegacia tenha instaurado inquérito policial. Ao término da apuração dos fatos, concluiu-se pela inexistência de infração penal. Nessa situação, caberá à autoridade policial relatar o procedimento e proceder à remessa dos autos ao Poder Judiciário, pois lhe é vedado o arquivamento de inquérito policial.

**74** O exame de corpo de delito direto pode ser suprido, quando desaparecidos os vestígios materiais da infração penal, por outros elementos de caráter probatório, notadamente os de natureza testemunhal ou documental.

**75** Considere a seguinte situação hipotética.  
João, penalmente responsável, foi preso em flagrante pela prática de roubo, tendo a autoridade policial relatado e encaminhado os autos do inquérito ao Poder Judiciário no prazo de 8 dias. Recebido o inquérito pelo Ministério Público, seu representante determinou a devolução à delegacia de origem, requisitando a realização de novas diligências.  
Nessa situação, João permanecerá preso e à disposição da justiça até a conclusão das novas diligências.

**76** Para a apuração de determinados delitos a lei exige como condição de procedibilidade a representação do ofendido, que é a manifestação da vítima ou de seu representante legal no sentido de autorizar o Ministério Público a oferecer a denúncia. Nesse sentido, é correto afirmar que a representação oferecida pela vítima é retratável a qualquer tempo, pois a ação penal e seu curso dependem de seu exclusivo interesse.

**77** A confissão do réu no processo penal tem valor apenas relativo, pois deverá ser confrontada com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.

**78** Considere a seguinte situação hipotética.  
Maria foi vítima de estupro praticado por um professor de sua escola. Após o crime, Maria foi severamente ameaçada pelo agressor caso denunciasse os fatos. Temerosa, Maria resolveu se confessar em uma igreja, oportunidade em que, no confessionário, relatou os fatos ao padre que a atendera. Posteriormente, Maria procurou a autoridade policial e requereu providências em relação ao crime e seu respectivo autor.  
Nessa situação, o padre que ouviu o ato de confissão de Maria será obrigado a depor na condição de testemunha, não podendo se eximir deste dever.

**79** Considere a seguinte situação hipotética.

Joaquim, réu em ação penal, durante o seu interrogatório em juízo, exercitando o direito ao silêncio, nada respondeu às perguntas formuladas pela autoridade judiciária. Posteriormente, estando os autos conclusos para sentença, Joaquim se manifestou no sentido de declarar a verdade dos fatos.

Nessa situação, não poderá o juiz proceder a novo interrogatório, uma vez que cada ato processual tem o seu momento próprio.

**80** O reconhecimento pessoal poderá ser realizado tanto na fase policial quanto na fase judicial, sendo o primeiro válido somente se ratificado em juízo ou se coerente com a prova produzida.

Quando ao direito penal e às leis penais extravagantes, julgue os itens que se seguem.

**81** O objeto jurídico dos crimes contra a fé pública é a administração pública, levando-se em conta seu interesse patrimonial e moral em relação aos papéis públicos.

**82** Um dos elementos do crime é a ilicitude (antijuridicidade), a qual pode ser afastada pelas causas de exclusão ou justificativas. São causas excludentes de antijuridicidade: estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular de direito e estrito cumprimento do dever legal.

**83** Considere a seguinte situação hipotética.  
Ricardo, um dia antes de completar dezoito anos de idade, atirou em seu desafeto Cláudio, vindo a atingi-lo no tórax. Socorrido por populares e levado ao hospital, Cláudio veio a falecer 10 dias depois, quando Ricardo já havia atingido a maioridade.  
Nessa situação, Ricardo responderá pelo crime de homicídio consumado, pois a morte da vítima ocorreu quando já contava com 18 anos de idade.

**84** Nos crimes contra a administração pública, não é essencial que o agente seja funcionário público, mas sim que exerça função pública. Por exemplo, o contratado segundo o regime da CLT, pela administração pública, exerce função pública.

**85** Considere que um perito oficial encarregado do exame pericial de determinado local de crime, por negligência, ao deixar de produzir o laudo pericial em tempo hábil, provoque a absolvição do réu, em face da ausência de prova material do delito. Nessa situação, a negligência do perito caracteriza crime de prevaricação.

- 86** Considere a seguinte situação hipotética.  
Francisco, penalmente responsável, visando a subtração de bens e valores de uma residência, cortou a fiação de alarme da cerca e, após arrombar uma das janelas térreas, adentrou na casa e de lá subtraiu vários objetos.  
Nessa situação, Francisco praticou o crime de furto qualificado com destruição ou rompimento de obstáculo, sendo imprescindível para o eventual aumento de pena decorrente dessa qualificadora a realização do competente exame pericial.
- 87** A forte emoção e a intensa paixão no momento da prática do crime excluem a imputabilidade penal do agente, afastando, por consequência, a sua culpabilidade.
- 88** Considere que três policiais militares, denunciados por um cidadão por corrupção ativa, sejam excluídos da corporação, após o devido processo legal. Revoltados com a denúncia, seqüestrem o denunciante e, durante um breve espaço de tempo, imponham-lhe intenso sofrimento físico e mental, com a finalidade de vingança. Nessa situação, a conduta dos três agentes caracterizará o crime de tortura, com aumento de pena decorrente da privação da liberdade da vítima.
- 89** De regra, não é admissível a tentativa em delito culposo, pois a tentativa é a não-consumação de um crime por circunstâncias alheias à vontade do agente, de modo que há necessidade de que o resultado seja por este desejado.
- 90** Considere a seguinte situação hipotética.  
Juarez foi abordado em uma *blitz*, transportando no porta-luvas de seu veículo um revólver de calibre 38, devidamente registrado em seu nome, municiado com dois projéteis; entretanto, Juarez não detinha licença da autoridade competente para o referido porte da arma de fogo. Nessa situação, a conduta de Juarez caracteriza mero ilícito de natureza administrativa, visto ser este detentor do registro referente à arma.

Acerca das disposições insertas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e nas resoluções do CONTRAN pertinentes à condução de veículos, julgue os itens subseqüentes.

- 91** Considere que um indivíduo, penalmente responsável, embriagado, conduza seu veículo em via pública, na mão correta da via, em velocidade normal, na faixa adequada, sem perturbar o trânsito e sem afetar a segurança viária. Nessa situação, a conduta desse indivíduo se amolda ao crime definido como embriaguez ao volante.

- 92** Considere a seguinte situação hipotética.  
Adriana, ao atravessar a via na faixa de pedestres, foi colhida por um veículo conduzido por Juvenal, legalmente habilitado, o qual conduzia o veículo desatento às condições de tráfego reinantes. Adriana foi imediatamente socorrida por Juvenal, tendo experimentado lesões corporais leves, em decorrência do evento.  
Nessa situação, para a instauração da ação penal contra Juvenal, Adriana deverá representar criminalmente perante a autoridade competente.
- 93** O CTB estabelece como infração de trânsito o uso em veículo automotor de equipamento com som em volume ou frequência que não sejam autorizados pelo CONTRAN. A partir de regulamentação recente acerca da matéria, somente é permitida a utilização de equipamento que produza som, em veículos de qualquer espécie, em nível de intensidade sonora não superior a 150 decibéis, medido a 7 m de distância do veículo.
- 94** Todos os crimes de trânsito previstos na legislação específica têm a detenção como pena privativa da liberdade. Assim, em todos os crimes é cabível, em princípio, a concessão de fiança.
- 95** As sanções penais previstas no CTB são cumulativas com as medidas punitivas de outra natureza, como a multa administrativa, o recolhimento do veículo etc.
- 96** A suspensão ou proibição para dirigir veículo automotor têm cabimento apenas no crime de homicídio culposo no trânsito, não havendo previsão para a mesma penalidade em nenhum outro crime de trânsito.
- 97** Considere a seguinte situação hipotética.  
Roberto, legalmente habilitado, deu causa a um grave acidente automobilístico em razão de estar desenvolvendo velocidade acima da permitida para a via. Em consequência do acidente, resultaram gravemente feridas duas pessoas, as quais foram imediatamente levadas ao hospital. Roberto, condutor do veículo supostamente causador do acidente, permaneceu no local no aguardo das providências policiais pertinentes, entre as quais o exame pericial. Todavia, antes da chegada da polícia, amassou, propositalmente, o seu veículo em outra parte, para forjar nova versão quanto à dinâmica do evento, o que, no entanto, foi detectado pelos peritos. Nessa situação, a conduta de Roberto, além do crime de trânsito correspondente às lesões experimentadas pelas vítimas, caracteriza crime de inovação artificiosa de trânsito.
- 98** A resolução do CONTRAN que disciplina o uso de capacete para condutores e passageiros de motocicleta deixa a critério do usuário o modelo do capacete, todavia prescreve que, em qualquer modelo, deverá proteger toda a calota craniana, sendo proibida a utilização de capacete que cubra apenas a parte superior da cabeça.

**99** Em relação aos procedimentos para a constatação do consumo de substância entorpecente, tóxica ou de efeito análogo no organismo humano, poderão ser adotados os seguintes exames: teste de alcoolemia; teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro); exame clínico com laudo conclusivo e firmado pelo médico examinador da polícia judiciária; exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela polícia judiciária.

**100** São documentos de porte obrigatório, quando da condução de veículo automotor: comprovantes de pagamento do IPVA e do seguro obrigatório, certificado de licenciamento anual, em seu original, e a carteira nacional de habilitação.

Acerca da Lei de Abuso de Autoridade, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, penal e civil, julgue os próximos itens.

**101** Os crimes de abuso de autoridade possuem como condição de procedibilidade a representação do ofendido, pois, nos termos da lei, são de ação pública condicionada à representação.

**102** Considere a seguinte situação hipotética.

Mário, penalmente responsável, foi preso em flagrante delito por porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, tendo a autoridade policial, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, comunicado a custódia à autoridade judiciária competente. Recebido o auto de prisão, o juiz competente entendeu pela ilegalidade da prisão, todavia, como Mário era seu desafeto, não relaxou a prisão.

Nessa situação, o juiz tornar-se-á autoridade coatora, respondendo por crime de abuso de autoridade.

**103** É considerada autoridade qualquer pessoa que exerça função pública, ainda que transitoriamente e sem remuneração. São exemplos de autoridade, para a configuração do crime de abuso de autoridade: peritos criminais, guardas civis municipais, comissários da infância e da juventude, vereadores.

**104** Suponha que um servidor público, acusado de crime de abuso de autoridade, tenha sido demitido em razão de sua conduta, mediante o competente processo administrativo disciplinar, sem que na instância penal o processo criminal tivesse o seu desfecho. Nessa situação, é ilegal a decisão administrativa, uma vez que as instâncias são totalmente dependentes, de modo que a decisão administrativa depende da proferida na esfera criminal e vice-versa.

**105** A inviolabilidade de domicílio é preceito constitucional, sendo direito individual do cidadão, nos termos constitucionalmente preceituados. Assim, constitui abuso de autoridade a entrada em domicílio, fora das situações legalmente permitidas, quais sejam: consentimento do morador, flagrante delito, desastre e prestação de socorro.

Pedro, penalmente imputável, comprou uma carteira de habilitação falsa e passou a dirigir seu veículo automotor sem qualquer problema. Em determinado dia, após uma desavença havida em um bar, Pedro, aproveitando-se que dois de seus desafetos estavam atravessando a via pela qual trafegava, empreendeu alta velocidade no veículo e, intencionalmente, atropelou os dois pedestres. Uma das vítimas faleceu no próprio local em decorrência das lesões experimentadas; a outra permaneceu internada, com perigo de morte, por 40 dias.

Acerca da situação hipotética acima apresentada, julgue os itens que se seguem.

**106** Será sujeito a exame pericial o veículo empregado para a prática da infração, visto que, na sistemática adotada pelo Código de Processo Penal, além do exame de corpo de delito, é também exigido o exame dos instrumentos do crime.

**107** Na direção do veículo, a conduta de Pedro constitui homicídio e lesão corporal culposos.

**108** Em relação aos crimes contra a pessoa, Pedro responderá por homicídio e lesão corporal dolosos, sem prejuízo da imputação de eventuais qualificadoras e das sanções correspondentes aos demais delitos praticados.

**109** Em relação aos crimes contra a pessoa, Pedro responderá por homicídio e tentativa de homicídio, sem prejuízo das sanções correspondentes aos demais delitos praticados.

**110** Em relação às eventuais perícias a serem realizadas em decorrência do delito, é correto afirmar que o exame necroscópico ou cadavérico deverá ser feito pelo menos 6 horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais da morte, julgarem que possa ser feita antes do prazo, o que deverá ser declarado no respectivo laudo.

Julgue os itens a seguir, referentes a aspectos periciais criminais e médico-legais.

**111** É atribuição do perito descrever minuciosamente, nos laudos periciais, o que encontrar, bem como responder aos quesitos formulados pelas autoridades. É defeso à parte aceitar ou negar a indicação do perito oficial, caso seja de seu interesse, no entanto não poderá indicar o perito para a realização da perícia.

**112** As autoridades devem requisitar a realização de perícias para os foros criminais, quando o crime deixar vestígios, solicitando sempre aos peritos oficiais, em número igual ou superior a dois, que estejam disponíveis para a circunscrição. Esse procedimento é realizado nos casos de flagrante ou após a instauração de procedimento regular apurador do fato, e os peritos procederão, quando necessário, exame da vítima, do autor, de testemunhas, do local e de objetos relacionados ao corpo de delito, conforme sua área de atuação.

Em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, relacionada à traumatologia e tanatologia, seguida de uma assertiva a ser julgada.

**113** Um agricultor foi encontrado morto após tempestade, sob copa de árvore. Nessa situação, caso o falecimento tenha relação com ação de eletricidade cósmica, é possível encontrar lesão de Lichtemberg, figura arborescente, em samambaia ou em pena, na pele do cadáver.

**114** Um cadáver de mulher adulta normal foi encontrado com sangramento genital. O exame evidenciou ferida contusa no fundo do saco vaginal. Nessa situação, existe indício de ato sexual violento, uma vez que, provavelmente, não houve o necessário relaxamento e lubrificação fisiológica para a conjunção carnal normalmente consentida ou o objeto introduzido era inadequado.

**115** Um rapaz foi encontrado na cena do crime em decúbito dorsal. Na região occipital, foram encontrados os sinais de Benassi e Werkgartner. Nessa situação, é correto inferir que houve execução com tiro à queima-roupa.

Julgue os itens seguintes, relativos a toxicologia.

**116** Substâncias químicas entorpecentes, como cocaína e maconha, podem ser encontradas em diferentes apresentações. A cocaína pode ser identificada em pó branco ou em cânhamo oleoso concentrado, denominado haxixe, e a maconha pode ser vista como folhas secas picadas na cor marrom-esverdeada escura e na forma de pasta para fumo, chamada merla.

**117** O álcool etílico, em relação ao sistema nervoso central, possui ação inicialmente excitante, em pequenas quantidades, e depressora, com o aumento da concentração no corpo, ao passo que o MDMA (*ecstasy*) é um excitante, não tendo ação depressora dose-dependente. Já o LSD é psicodisléptico, porque pode causar alucinação.

Um perito criminal foi designado para perícia em residência. No leito da suíte observou cadáver de senhor de 45 anos de idade, em decúbito dorsal, coberto por lençol. Foram constatadas ausência de sangramento e presença de secreção hialina em travesseiro, sob a cabeça, com escorrimento bucal. Na lixeira, ao lado da pia do banheiro, foi encontrada cartela de medicamento do tipo *blister* sem nenhum comprimido. Não havia desarrumação de objetos no imóvel e não foi observado rompimento de obstáculos na casa. Ao ser argüida, a empregada afirmou ter sido a primeira a constatar o óbito, e revelou que, ao chegar, a porta da casa estava trancada e a do quarto estava aberta. O morto era separado da esposa e morava sozinho.

Julgue os itens subseqüentes, considerando o caso hipotético acima relatado.

**118** Não é necessária a realização do laudo pericial nesse caso, uma vez que não há crime a apurar, devendo o perito apenas estabelecer a causa jurídica da morte.

**119** A cena de morte é sugestiva de suicídio. É possível que o exame necroscópico do estômago revele a presença de grande quantidade de comprimidos mal digeridos e o exame toxicológico revele a presença de barbitúrico.

Julgue o item abaixo, relativo à identificação.

**120** Identidade é o conjunto de características apresentadas, que tornam as pessoas únicas, passíveis de serem diferenciadas das outras. A identificação policial utiliza a bertilonagem e a datiloscopia.